

## Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII

Renato Pinto Venancio\*

### Abstract

The purpose of the study reported on in this paper was to investigate the process of povoamento of the region the northwest of Minas Gerais, in particular the village of Paracatu in the 18<sup>th</sup> century. As source, we use the parochial registers of baptism that indicate the origin of the parents of the baptized children.

**Words Keys:** migration, demography, colonial Brazil.

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de povoamento da região noroeste de Minas Gerais, em particular a vila de Paracatu no século XVIII. Utilizamos, como fontes, os registros paroquiais de batismo que indicam a origem dos pais das crianças batizadas.

**Palavras-chave:** migração, demografia, Brasil colonial

Os estudos a respeito do povoamento do noroeste mineiro ainda são raros. Na maioria das vezes, os historiadores que se interessaram pelo tema limitaram-se a repetir as afirmações dos cronistas coloniais ou dos historiadores do início do século XX<sup>1</sup>. Em tais pesquisas, a ocupação do noroeste é quase sempre apresentada como um feito dos bandeirantes paulistas ou de criadores de gado que se estabeleceram ao longo do rio São Francisco.

As próximas páginas têm por objetivo reavaliar, através da análise das informações presentes nos registros paroquiais, o alcan-

\* Professor Adjunto III – DEHIS/UFOP. Doutor em História Social – Universidade de Paris IV, Sorbonne

<sup>1</sup> No livro de Bernardo Novais da Mata-Machado são indicados os principais estudos a respeito do noroeste mineiro. MATA-MACHADO, Bernardo Novais, *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

ce de boa parcela destas afirmações. Como veremos, as fontes batismais da paróquia matriz de Paracatu guardam valiosos dados, que apontam para um quadro bem mais complexo das linhas mestras de povoamento do sertão de Minas Gerais Setecentista.

### Os registros paroquiais

Em nossa pesquisa, selecionamos os registros paroquiais da Igreja Matriz de Paracatu, referentes ao ano de 1775<sup>2</sup>. Tendo em vista os critérios metodológicos da Demografia Histórica, pode parecer surpreendente a escolha de apenas doze meses como período de análise. No entanto, ao restringirmos o alcance de nossa amostragem, tivemos por objetivo privilegiar uma periodização que permitisse a comparação da região em foco com outras áreas da Capitania<sup>3</sup>.

Cabe salientar ainda que os dados contidos nos registros paroquiais são de tal maneira ricos em informações que basta a análise de uma pequena amostragem para avançarmos explicações inovadoras a respeito dos processos migratórios mineiros.

O método utilizado em nosso levantamento teve por modelo as *fichas de levantamento nominativo*, preconizadas por Louis Henry e Michel Fleury<sup>4</sup>. Ao todo foram levantadas 163 atas; sendo que 93 diziam respeito aos filhos legítimos, 62 a ilegítimos e 8 a crianças abandonadas<sup>5</sup>; desse conjunto, somente foram transcritos os dados relativos ao "pai" das crianças nascidas de uniões sacramentadas. Tal decisão fundamentou-se nos seguintes motivos:

- As informações relativas às mulheres são precárias; as mães, na maioria das vezes, não apresentavam sobrenomes<sup>6</sup>, nem indicavam ao pároco o lugar em que haviam nascido.

- Nas atas relativas aos filhos ilegítimos, o pai era mencionado como "incógnito", o mesmo ocorrendo nos registros batismais das crianças abandonadas.

<sup>2</sup> Tal ano foi escolhido por ser o mais antigo com documentação completa.

<sup>3</sup> Nosso levantamento tem por objetivo a elaboração de um Atlas Histórico. Não adiantaria em nada levantar 10 anos da documentação de Paracatu, quando nas outras paróquias mineiras a documentação se encontra de tal maneira fragmentada que as comparações teriam que ser feitas a partir de recortes cronológicos completamente díspares.

<sup>4</sup> FLEURY, Michel e HENRY, Louis. *Nouveau Manuel de Dépouillement et d'Exploitation de l'État Civil Ancien*. Paris. INED, 1965.

<sup>5</sup> Livro de Batismo da Paróquia do Santo Antônio da Manga (1774-1777). *Arquivo Paroquial de Paracatu*, cód.I

<sup>6</sup> Informação fundamental para evitar que uma mesma pessoa seja registrada duas ou mais vezes no levantamento.

A escolha das *atas de filhos legítimos* também teve por objetivo evitar interpretações ambíguas dos dados coletados. Em tais atas eram registrados os nomes dos pais nascidos localmente, ou provenientes de outros lugares, e que haviam constituído família em Paracatu; situação bem diversa ficava registrada nas atas de ilegítimos: nelas o termo “incógnito” referia-se, em muitos casos, aos pais que, de passagem por Paracatu, se uniam a forras ou a mulheres livres, dando origem aos então denominados “filhos naturais”.

Tendo em vista esta diferenciação, é possível afirmar que a probabilidade dos dados concernentes ao primeiro grupo de atas dizer respeito à população estabelecida em Paracatu é bem maior do que no segundo grupo. Em contrapartida, ao restringirmos nosso universo às famílias legalmente constituídas, excluimos boa parcela dos livres e pobres que viviam em concubinato. Nossa pesquisa revela, principalmente, mas não exclusivamente, o comportamento das camadas intermediárias ou elevadas da sociedade. Ao todo foram transcritas 93 atas de filhos legítimos da paróquia de Santo Antonio da Manga de Paracatu, sendo que 54 (58,0%) delas apontavam Minas Gerais como local de nascimento dos pais, enquanto 16 (17,2%) indicavam que o genitor provinha de outras Capitânicas e 23 (24,7%) declararam ter o pai da criança nascido em Portugal.

Em parte, a riqueza da informação paroquial origina-se do fato de ela possibilitar uma visão histórica do processo de povoamento. Dito em outros termos, as atas de batismo paracatuenses de 1775, muito provavelmente, registraram o local de origem dos pais que nasceram no período compreendido entre 1725 e 1760<sup>7</sup>. A análise transversal dos dados paroquiais permite, assim, uma visão sintética dos processos migratórios referentes às primeiras gerações que povoaram o noroeste mineiro.

Embora apresentem todas estas vantagens, as fontes paroquiais nem sempre são precisas. É comum depararmos, nos textos das atas, com indicações vagas: “nasceu no Maranhão” ou “nasceu no Bispado do Porto”<sup>8</sup>. Devido às lacunas e deficiências das fontes, os mapas que elaboramos indicam apenas as tendências, as linhas mestras dos processos migratórios; eles permitem uma visão comparativa das várias correntes de povoamento, ou, parafraseando Lévi-Strauss, eles valem como sugestões de pesquisas por serem *bons para pensar*.

<sup>7</sup> As atas paroquiais não trazem informações a propósito da idade dos pais, pressupomos, no entanto, que eles teriam a idade mínima de 15 anos (os nascidos em 1760) e idade máxima de 50 anos (os nascidos em 1725).

<sup>8</sup> Em virtude de tal óbice, os mapas elaborados a partir das fontes paroquiais apresentam os locais de origem dos pais enquanto macro-regiões e com os nomes atualizados.

## Migrações coloniais

Antes de analisarmos os dados paroquiais, é necessário definir o que entendemos por *migrações coloniais*, pois o termo diz respeito a uma enorme variedade de comportamentos. Geralmente, os movimentos de população do período colonial são classificados em dois grandes grupos: as migrações internacionais e as internas à Colônia<sup>9</sup>. Os movimentos internacionais envolviam homens e mulheres que eram forçados a migrar ou então que espontaneamente vinham para o Novo Mundo. O primeiro caso abrangia degredados e escravos, ao passo que o segundo dizia respeito aos portugueses que vinham *fazer a colônia*, atraídos pela possibilidade de enriquecimento fácil nas terras do além-mar. As migrações internacionais também podiam ser dirigidas e/ou temporárias. O povoamento açoriano do litoral de Santa Catarina e as migrações que envolviam os agentes coloniais, funcionários, militares e missionários religiosos, são exemplo disso.

Os movimentos migratórios internos à América Portuguesa também eram forçados, espontâneos ou dirigidos. Da mesma forma que nos deslocamentos internacionais, eles envolviam indivíduos isolados ou massas humanas, podendo ser permanente ou não. A guerra contra o índio, o pastoreio, a venda de africano de região em região, o comportamento erradio de desclassificados sociais e, em casos extremos, as migrações hebdomadárias vinculadas ao culto religioso dominical, que davam origem às *vilas de domingo*<sup>10</sup>, são algumas das várias formas de deslocamentos populacionais coloniais espontâneos, forçados ou temporários.

Em relação a este conjunto de movimentos migratórios, selecionamos aqueles espontâneos e que tendiam a ser permanentes, pois diziam respeito aos homens livres que haviam constituído família em Paracatu.

## As fronteiras do sertão

O início do povoamento do noroeste mineiro é tema que se presta a controvérsias. Para certos autores, o início do povoamento da região ocorreu no período compreendido entre 1668 e 1682, época em que os bandeirantes paulistas cruzaram a região em busca

<sup>9</sup> MARCILIO, Maria Luíza. Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação. *LPH-Revista de História*, (1), 1990, pp. 36-45.

<sup>10</sup> MAURO, Frédéric. Pour une classification retrospective des types de mobilité géographique aux Amériques Latines. *Annales de Démographie Historique*, 1970, p. 104

dos índios goiases<sup>11</sup>. De acordo com outros pesquisadores, foi a expansão das fazendas *de gado vacum*, acompanhando as margens do rio São Francisco, que propiciou, na década de 1720, a fixação da população na região do Rio das Velhas<sup>12</sup>. Uma terceira interpretação restringe o período de formação do arraial de Paracatu aos anos 1736-1744, data em que começam a circular notícias a respeito da descoberta de expressivos filões de ouro no Córrego do Rico<sup>13</sup>.

Das três interpretações acima, a primeira parece ser a menos plausível, pois as bandeiras não tinham por objetivo povoar o interior da Colônia, mas sim garantir o suprimento de escravos índios para São Paulo, sendo, por assim dizer, *arraiais móveis*. Já a segunda e a terceira interpretações parecem ser complementares; é certo que, na década de 1720, o noroeste mineiro foi ocupado por currais, mas foi necessário a descoberta do ouro para que esse povoamento deixasse de ser rarefeito.

Na década de trinta, principalmente na década de 1740, o noroeste passou a ser palco de um processo de povoamento intenso, o que levou à fundação de arraiais semelhantes aos das áreas centrais da Capitania do Ouro. Em 1744, quando já estava oficialmente reconhecida a descoberta de metais preciosos, Paracatu também torna-se alvo dos grupos que fugiam de Diamantina, em razão do decreto que estabelecia o monopólio metropolitano na extração dos diamantes<sup>14</sup>.

No sertão mineiro, a produção do ouro se consorciou às atividades agro-pastoris. Essas mesmas atividades conseguiram sobreviver ao declínio da produção aurífera, garantindo que Paracatu permanecesse como área escravista e mesmo conhecesse um significativo aumento da população livre<sup>15</sup>. Talvez por isso o arraial, em 1798, época de declínio do ouro, foi elevado à condição de primeira vila do noroeste da Capitania.

<sup>11</sup> LEITE, Mario. *Paulistas e Mineiros: plantadores de cidades*. São Paulo: EDART, 1961, p. 79-80.

<sup>12</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Promoção, 1961, p. 337-338.

<sup>13</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. *op. cit.*, p. 51.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 53. Segundo esse autor, o mencionado decreto provocou a "expulsão de inúmeros garimpeiros que então dirigiram-se a Paracatu".

<sup>15</sup> Em 1800, a população escrava do arraial de Paracatu era de 821 e a livre 2.116 homens e mulheres; trinta anos mais tarde o número de escravos atingia a cifra de 1.022 e a população livre era calculada em 3.363 homens e mulheres. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *op. cit.*, p. 340 e LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 367.

### Migrações internas à capitania

Como mencionamos anteriormente, os dados coletados nos registros paroquiais de batismo paracatuenses dizem respeito aos "pais" que nasceram, provavelmente, entre 1725 e 1760. Sendo assim, podemos avaliar, através das atas, aspectos cruciais da primeira fase de povoamento de Paracatu.

O mapa I revela um quadro migratório bem mais complexo do que o presente nos estudos até agora mencionados. A análise dos dados batismais indica que a maioria dos pais de filhos legítimos de Paracatu havia nascido no noroeste mineiro. Confirma-se desta maneira que bem antes de 1760 a região apresentava uma população estável. Este mapa também sugere uma articulação entre Paracatu e o eixo compreendido entre Mariana e São João del Rey, e reafirma a proposição de alguns historiadores a respeito da ligação do noroeste com a área diamantífera.

O vínculo com os centros tradicionais de mineração é um tema que merece ser melhor explorado. É sabido que o declínio da produção aurífera nos primeiros núcleos de povoamento animou, na segunda metade do século XVIII, um processo de expansão da fronteira rumo à Zona da Mata e à região Sul da Capitania. Os dados paroquiais de Paracatu sugerem uma terceira corrente migratória, rumo ao noroeste, onde o ouro começou a ser produzido justamente na mesma década em que as áreas tradicionais entraram em declínio<sup>16</sup>.

Por outro lado, a comparação dos mencionados dados com as informações paroquiais de outras áreas reafirma o caráter de fronteira da região em foco. Em Baependi, área de fronteira do sul de Minas, o percentual de mineiros era semelhante ao de Paracatu, situando-se em 52,7%<sup>17</sup>; já em Santa Bárbara, freguesia antiga e encravada na região produtora de ouro, o percentual de migrantes externos à Capitania era de apenas 9,9%<sup>18</sup>.

Um levantamento dos dados posteriores à 1775 pode ampliar ainda mais o alcance de nossas constatações.

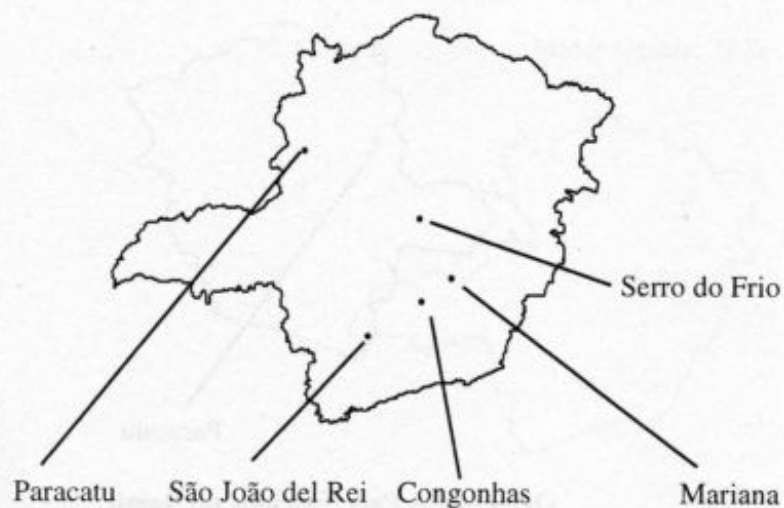
Afinal, não seria tentador ver nos números indicados realidades bem diversas: uma Minas de ocupação bastante antiga, já fortemente "mineira", em contrapartida a vários mundos fronteiriços que

<sup>16</sup> A partir de 1740, a produção de ouro entra em declínio em Minas Gerais. PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo: Ed. Nacional: Brasília: INL, 1979, p. 115.

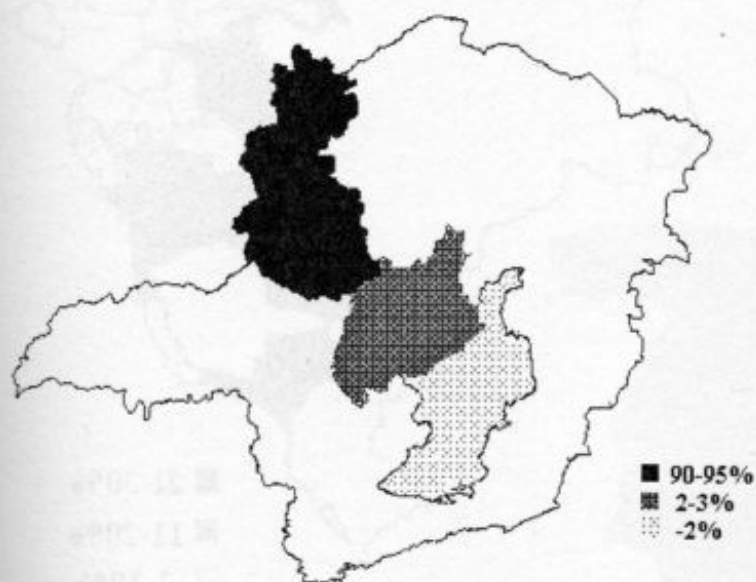
<sup>17</sup> Nesse caso, como no a seguir, utilizamos a informação relativa a origem do "esposo": Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Monserrat de Baependi (1762-1775), *Arquivo da Cúria de Campanha*, scód.

<sup>18</sup> Livro de Casamentos da Paróquia de Santa Bárbara (1775), *Arquivo Histórico da Cúria de Mariana*, cód V-23.

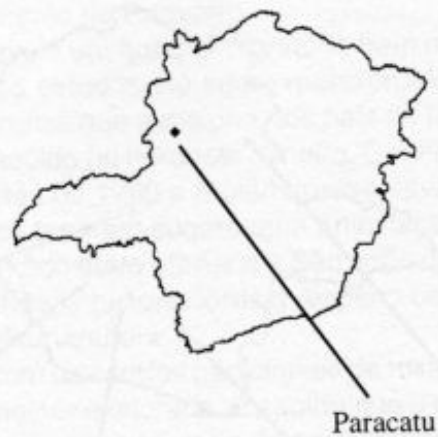
## ORIGEM DOS PAIS DE CRIANÇAS LIVRES BATIZADAS EM PARACATU 1775



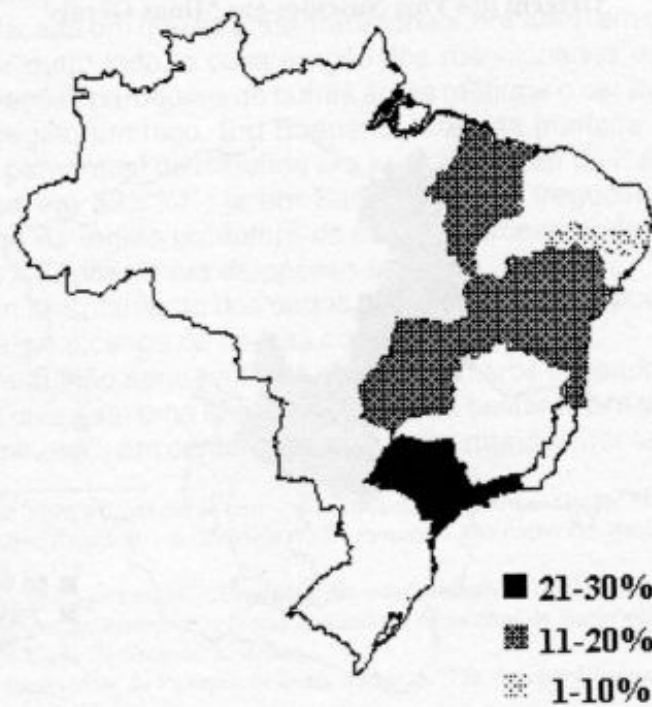
### Origem dos Pais Nascidos em Minas Gerais



# ORIGEM DOS PAIS DE CRIANÇAS LIVRES BATIZADAS EM PARACATU 1775



Origem dos Pais Nascidos no Brasil





## Paracatu 1775: Movimentos Migratórios da População Livre

### Origem dos Pais das Crianças Batizadas

Minas Gerais: 77 %



Outras Capitânicas: 10 %



Portugal: 13 %



contavam com quase metade da população estável formada por adventícios? Caso seja confirmada, quais seriam as implicações, do ponto de vista da história social e até mesmo do ponto de vista da história política, dessa dualidade?

### Migrações internas à colônia

As raízes do povoamento de Paracatu estendiam ramificações ainda mais amplas do que as acima indicadas. Em 1775, um conjunto de atas batismais revelou uma larga faixa de interligações entre o noroeste mineiro e as outras áreas da América Portuguesa. A análise dos dados do referido ano indica que a tradicional explicação, que restringe o povoamento do noroeste mineiro à expansão das fazendas de criação de gado de *Pernambuco e Bahia*<sup>19</sup>, é algo simplificadora. As ligações com o Maranhão e com Goiás, que, diga-se de passagem, em 1755 começou a dar sinais de declínio da produção aurífera<sup>20</sup>, estão por merecer um estudo aprofundado.

Por outro lado, o segundo mapa aponta para a transformação dos paulistas em proprietários de fazendas e de lavras, recolocando a questão da importância dos mesmos enquanto povoadores, principalmente após a descoberta do ouro. As atas também sugerem a existência de uma corrente migratória proveniente do Rio de Janeiro, retrocedendo em algumas décadas as afirmações dos viajantes do início do século XIX a respeito dos vínculos entre Paracatu e a capital do mundo colonial<sup>21</sup>.

### Imigrantes provenientes de Portugal

No noroeste mineiro, em cada grupo de quatro pais que, em 1775, levaram o filho à pia batismal, um havia nascido em Portugal. Talvez essa constatação seja a mais significativa no que diz respeito à tipicidade do lugar enquanto posto avançado do império colonial português. Paracatu atraía homens da Metrópole, que esperavam prosperar através da exploração do ouro do sertão. O perfil desses imigrantes era semelhante ao de outros núcleos mineradores da Capitania: 75% dos metropolitanos provinham do norte de Portugal<sup>22</sup>, principalmente, de Braga, Porto e Viana do Castelo.

<sup>19</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. *op. cit.*, p. 29.

<sup>20</sup> PINTO, Virgílio Noya. *op. cit.*, p. 115.

<sup>21</sup> John Mawe(1809) e Auguste de Saint-Hilaire(1820) registraram os vínculos comerciais entre as duas localidades: SEABRA, Elizabeth et alli. A Contribuição dos Viajantes Estrangeiros para a Análise da Economia Mineira no Século XIX. *Separata do VII Seminário Sobre Economia Mineira*, 1995, p. 25-26.

<sup>22</sup> COSTA, Iraci Del Nero. *Vila Rica: População(1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979, p. 218. Em Ouro Preto, 68,1% dos portugueses eram provenientes de Braga e do Porto.

Os imigrantes das demais áreas - incluindo aí os de Açores<sup>23</sup> - eram raros, a exceção dos provenientes de Lisboa, que parecem ter contribuído em número significativo para o povoamento dos núcleos auríferos de Minas Gerais.

### Considerações finais

Vale reafirmar que as pesquisas a respeito dos processos migratórios da época colonial têm uma relevância que ultrapassa o âmbito da história demográfica. Os mapas apresentados anteriormente, quando vistos sob as lentes da história social, sugerem temas de pesquisa inéditos ou ainda muito pouco explorados.

Em primeiro lugar, caberia investigar os múltiplos processos de readaptação econômica dos imigrantes provenientes das áreas de mineração em crise. A percepção de que o ouro era um empreendimento de curta ou média duração, associada ao fato do noroeste da Capitania ser uma região propícia à criação de gado, deve ter estimulado o surgimento de mineradores-pecuaristas. O movimento inverso, ou seja, o relativo aos pecuaristas que transitaram para a exploração do ouro também representa um importante tema de investigação. Porém, mais fascinante ainda é o estudo dos processos de transformação dos portugueses originários das áreas camponesas do norte de Portugal, em fazendeiros ou mineradores escravistas<sup>24</sup>. Para os imigrantes metropolitanos da região norte, *ser latifundiário* e *ser senhor de escravos* era algo que implicava em uma reaprendizagem, em uma reorganização das normas de conduta e de percepção de vida; descobrir quais eram os métodos e a pedagogia social desse processo é um desafio permanente à imaginação dos historiadores.

<sup>23</sup> Há um caso de imigrante da Ilha Terceira.

<sup>24</sup> Em Portugal, a população escrava estava concentrada em algumas regiões, principalmente no Alentejo, Algarve e em Lisboa, ver: FERRO, João Pedro. *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, pp. 90-91; SILVA, Álvaro Ferreira da. *Propriedade, Família e Trabalho no "Hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*. Cosmos, 1993; o norte praticamente desconhecia essa forma de trabalho, ver: MENDES, José Maria Amado. *Trás-os-Montes nos Fins do Século XVIII*. 2° ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.